

Sobre a recursividade da cultura e suas ênfases no Plano Nacional de Cultura

Clóvis Da Rolt*

RESUMO

Com este texto pretende-se realizar uma breve reflexão sobre as variações conceituais em torno do campo da cultura, de modo a compreender os novos agenciamentos que este campo vem promovendo, ao associar-se às noções de “recurso” e “conveniência”, especialmente do modo como são abordadas por George Yúdice. Através deste itinerário, intenta-se avaliar, de forma introdutória, alguns encaminhamentos e projeções, que surgem como balizadores de um novo *status* para a cultura, no contexto atual, e que terão grande impacto na formulação de políticas públicas para o setor cultural, a partir das diretrizes do Plano Nacional de Cultura (PNC).

Palavras-chave: Plano Nacional de Cultura. Política cultural. Recurso. Cultura.

On the recursiveness of culture and its emphasis in the National Culture Plan

ABSTRACT

This text makes a brief reflection on the conceptual variations around the field of culture in order to understand the new strategies that this field has been promoting in association with the notions of "resource" and "convenience", especially concerning to the way they are addressed by George Yúdice. Through this itinerary it is the intention of the text evaluate in an introductory way, some directions and projections that are emerging as guides of a new status for culture in current context and will have great impacts on the formulation of public policies for the cultural field from the guidelines of the National Culture Plan (NCP).

Keywords: National Culture Plan, Cultural Policy, Resource, Culture.

* Clóvis Da Rolt é Licenciado em Artes Plásticas (UCS), Especialista em Ética e Filosofia Política (UCS), Mestre e Doutor em Ciências Sociais (Unisinos). Professor da Universidade Federal do Pampa – Campus Jaguarão-RS. clovisrold@unipampa.edu.br

1 Cultura: do ideal humanista à plasticidade antropológica

Qualquer tentativa de se definir a cultura, de uma forma estanque e definitiva, estaria, previamente, fadada ao fracasso. O questionamento sobre o que é a cultura nos coloca diante de uma série de obstáculos, muitos deles ligados à própria complexidade do termo e à infinidade de possibilidades descritivas e analíticas que ele contempla. Embora esteja presentes no cotidiano das pessoas, através das mais variadas formas de expressão, enunciação e prática, a cultura parece não se deixar submeter a uma única etiqueta, mediante a qual poderia ser aplicada aos mais diferentes contextos onde o ser humano se faz presente. Assim, refletir sobre a cultura, suas políticas, suas instâncias conceituais, suas realizações práticas e simbólicas, é fazer um movimento incerto e repleto de opções que se sobrepõem ao próprio ato de pensar e de manejar a linguagem.

O único elemento de certeza neste debate está ligado ao fato de que não podemos nos furtar à cultura, não podemos viver alheios a ela, tampouco podemos modificá-la baseados unicamente em nossas percepções pessoais sobre como o mundo e a realidade deveriam ser. Embora as definições referentes à cultura sejam numerosas e partam dos mais diferentes princípios, há um consenso que permite abordá-la como algo que se aprende e que, deste modo, permite também a adaptação dos indivíduos a um determinado grupo. Sob este aspecto, a cultura se manifesta por meio de uma série de práticas, elementos e fenômenos criados por seres humanos que os revelam em instituições, formas de pensamento, linguagem, arte, religiões, tradições etc.

Deste modo, na sociedade atual, a discussão sobre a cultura não poderia se furtar ao debate problematizador e à investigação de seus agenciamentos. Esta discussão tem como balizas, dentre uma série de outras possibilidades não mencionadas aqui, os impactos da economia capitalista globalizada, as dinâmicas ambivalentes da esfera da comunicação e das mídias, os pactos e acordos sempre renováveis entre as esferas políticas e as diversas instituições constitutivas da sociedade civil, os movimentos da tecnociência e as decolagens estéticas da arte no âmbito contemporâneo. Há muito, portanto, para ser revisto em relação ao conceito de cultura e ao modo como ele se articula à totalidade da vida, especialmente se o tomarmos como uma energia que costura os fragmentos dispersos das experiências individuais dos seres humanos, dotando-as da possibilidade de se contrabalançarem no bojo de um projeto comum.

A origem latina do termo “cultura”, vinculada à ideia do cultivo do solo, sofreu grandes transformações, ao longo do desenvolvimento da humanidade como um todo, desdobrando-se em um conceito que só se tornou corrente na Europa, na segunda metade do século XVIII (BARNARD apud SANTAELLA, 2003, p. 31). Pensadores das mais variadas correntes propuseram-se a explorar o conceito mediante tratamentos críticos e científicos, motivados por uma ânsia de definição que foi, de certo modo, o motor da modernidade. Tornou-se célebre, para citar apenas um exemplo, o mapeamento feito pelos antropólogos A. L. Kroeber e Clyde Kluckhohn, em 1952, no qual puseram em discussão cento e sessenta e quatro definições de cultura, distribuídas em seis categorias: descritiva, histórica, normativa, psicológica, estrutural e genética (SANTAELLA, 2003, p. 32).

A intensa exploração das posições conceituais referentes à cultura levou a uma paradoxal fragmentação dos seus sentidos e possibilidades analíticas, revelando um campo investigativo atribulado e pouco afeito a determinações conclusivas. A partir desta ótica, parece pertinente mencionar que, quando nos referimos à cultura, é necessário estabelecermos um ponto de partida, dentre a série de possibilidades que se apresenta, especialmente no sentido de alinhar os argumentos às duas principais concepções que permeiam o campo cultural: as concepções humanistas e as concepções antropológicas de cultura.

Nas concepções humanistas, segundo explica Santaella (2003, p. 33), opera-se por meio de uma seleção, “separando certos segmentos das atividades humanas de outros e concebendo-os como sendo culturais”. As concepções antropológicas, por outro lado, são não-seletivas, “pois aplicam o termo cultura à trama total da vida humana numa dada sociedade, à herança social inteira e a qualquer coisa que possa ser adicionada a ela”. As implicações diretas e objetivas deste confronto entre as posições humanistas e antropológicas referentes à cultura resultam no fato de que os humanistas aspiram à instituição de valores universais e percebem a cultura como uma ferramenta de aperfeiçoamento – e, conseqüentemente, de segmentação entre “cultos” e “incultos” – ao passo que a concepção antropológica tem como base uma sensibilidade relativista, que concebe a cultura como algo valioso por sua própria manifestação e como revelação da plasticidade da existência humana em sua diversidade de aspectos.

Terry Eagleton (2005), em sua obra “A ideia da cultura”, lança a tese de que, no contexto atual, nos encontramos presos entre uma noção de cultura debilitantemente ampla e outra desconfortavelmente rígida. Isso quer dizer que a trajetória de debates e investigações neste campo está longe de encontrar um lugar cômodo dentro das análises sociais, visto que a

suposta tensão que nos aprisiona entre as duas extremidades parece não encontrar uma resolução satisfatória. Os argumentos de Eagleton são bastante significativos e calcados numa interlocução profunda entre diversos pensadores e pesquisadores que, aproximados, apresentam evidências sobre as dificuldades de uma leitura universalista. Mais do que pensar numa crise atual, diz Eagleton (2005, p. 60), é preciso perguntar-se quando é que a cultura não esteve em crise e, a partir deste questionamento, verificar que sua principal transformação nos últimos tempos refere-se à dicotomia entre “cultura” e “Cultura” (uma com “c” minúsculo e outra com “C” maiúsculo). Tradicionalmente, segundo o crítico britânico, a cultura “como forma de um sujeito universal, designava aqueles valores que compartilhávamos simplesmente em virtude de nossa humanidade comum”, ao passo que, desde a década de 1960, “a palavra cultura foi girando sobre seu eixo até significar quase exatamente o oposto. Ela agora significa a afirmação de uma identidade específica” (EAGLETON, 2005, p. 60).

Eagleton investe nesta dicotomia entre o universal e o particular, a partir de um ponto de vista político e conflitivo, segundo o qual seria incoerente falar em cultura numa perspectiva transcendental, desacoplada de uma prática objetiva. Esta leitura requer uma percepção em torno da cultura que esteja voltada para os resultados da ação reivindicatória humana e não apenas à sublimidade de uma suposta unidade que desconsidere a localização factual do fenômeno político inerente à cultura contemporânea. “O que a cultura perde em sublimidade, ela ganha em praticabilidade”, diz o autor (EAGLETON, 2005, p. 61). Entretanto, para Eagleton, a passagem de uma cultura de contemplação para uma cultura de ação não é tão simples de ser mapeada ou mesmo aceita, sem maiores críticas. Por trás da manifestação da cultura no cotidiano das relações humanas, há o problema constitutivo do próprio ser humano – problema que se estende a seus valores, a suas interpretações e julgamentos acerca da realidade, a suas vinculações religiosas, aos seus princípios éticos. Esses elementos, matizados por um contexto cultural que se tornou expressão e ferramenta de modelagem de questões tais como religião, nacionalidade, sexualidade, etnicidade etc., fazem da cultura “um campo de batalha feroz; de modo que, quanto mais prática se torna a cultura, menos é capaz de cumprir um papel conciliatório, e quanto mais conciliatória ela é, mais ineficaz se torna” (EAGLETON, 2005, p. 64).

O amplo interesse despertado pelos estudos no campo da cultura parece confirmar certos princípios que advogam em prol da natureza fluida e da mobilidade conceitual que balizam esta atividade humana. Conforme explica Hall (2003, p. 44), “estamos sempre em processo de formação cultural. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se

tornar”. Dito de outro modo, a cultura não é algo que nos é dado como um acréscimo com base em caracteres biológicos, tampouco é um elemento ontológico e de constituição profunda do indivíduo que vem ao mundo. Ela pode ser compreendida, segundo Hall, como um processo de imersão numa realidade plurissignificativa que incita à exploração de muitas possibilidades de enfrentamento com as diferenças, mediante experiências valorativas, simbólicas, éticas, estéticas, dentre outras. Em síntese, “a cultura é esse padrão de organização, essas formas características de energia humana que podem ser descobertas como reveladoras de si mesmas [...] dentro ou subjacente a *todas* as demais práticas sociais” (HALL, 2003, p. 136, grifo do autor).

2 A tentação do universal

O teor contrastante que imprime à dicotomia universal/particular uma projeção visível sobre a esfera cultural traz implicações que estão na pauta dos debates contemporâneos sobre o tema. Algumas formas impositivas do pensamento moderno deixaram como legado para as sociedades ocidentais o princípio do espelhamento no universal e, com isso, desautorizaram as iniciativas que reivindicavam a construção de localismos e espaços sociais pautados em territorialidades e que não adotaram a gramática política do Grande Ocidente, com suas narrativas vitoriosas, progressistas e desenvolvimentistas. Tais quesitos, agrupados, constituem um processo de amplo alcance, ao qual Boaventura de Sousa Santos (2008, p. 143) denomina “hegemonia histórica da modernidade europeia”, seguido do alerta de que

à medida que se foi aprofundando este processo, a hegemonia histórica da modernidade europeia transformou sub-repticiamente a excepcionalidade em regra e, a partir daí, todos os demais paradigmas sócio-culturais foram colocados na contingência de questionarem a sua identidade a partir de uma posição de carência e de subordinação.

O pensamento acerca da universalidade como um princípio para a construção de valores ditos “ocidentais” desenvolve-se, principalmente, a partir do legado cultural greco-romano e dos acréscimos do cristianismo. Tendo origem num campo cultural determinado, pondera Jullien (2009), a pretensão da cultura ocidental à universalidade precisa ser analisada num confronto direto com as esferas sociais, políticas, culturais e geográficas que ela, de certo modo, repudiou. Autoelegendo-se como modelo de aperfeiçoamento e como etapa final de um projeto de triunfo da humanidade, a “cultura ocidental” negou sua própria condição histórica, atribuindo a si mesma um caráter dogmático e incontestável. Os impactos desta situação são

profundos e atingem diretamente o diálogo cultural, a alteridade e os modos de percepção sobre as diferenças de teor cultural.

O principal desafio que enfrentamos na atualidade pode estar relacionado a um entendimento de duas grandes invenções, das quais muitos se orgulham ao passo que tantos outros lamentam: o Ocidente e o Oriente. Tais invenções, alçadas ao imaginário coletivo, parecem estratificar a realidade em oposições geradoras de dois mundos distintos, um que é universal e outro que é inconciliável, um que é próximo e outro que é distante, um que é racional e outro que é espiritual, um que é técnico-científico e outro que é espontâneo-artesanal. O filósofo francês François Jullien (2009) tenta lançar alguma luz sobre esta problemática. Não se trata, segundo ele, de criarmos uma tolerância de fachada, tampouco de formularmos um discurso que apenas atenua momentaneamente as diferenças. “Valores são inegociáveis. Não é amenizando seu gume, reduzindo seu alcance, isto é, degradando-se mutuamente, entre culturas, que a paz advém”, diz Jullien (2009, p. 178). Outro ponto importante avaliado por este autor diz respeito ao uso do conceito de “culturas”, no plural. Assim, pondera Jullien,

não tende ele a constituir, falaciosamente, como entidades separadas [...] o que na realidade não se manifesta senão enquanto fluxo contínuo, enlaçando-se e misturando-se, hibridizando-se e metamorfoseando-se incessantemente, logo, sem especificação determinada? (2009, p. 178).

Para o referido autor, a cultura apenas existe no singular, como uma potente energia humana, capaz de adquirir inúmeros matizes, quando objetivada pela ação e pela efetivação de certas práticas. Ou seja, é a pluralidade que mantém o fenômeno da cultura como expressão singular da modificação. “O plural, longe de abrir apenas uma variação dela, lhe é efetivamente consubstancial. [...] Se o cultural não cessa assim, sob esta tensão [entre o singular e o plural] de se transformar, se aí reside sua essência, é porque a cultura é essencialmente um fenômeno de alteração” (JULLIEN, 2009, p. 179-180). Desafiando o pensamento a contrabalançar a aparente oposição entre o singular e o plural – oposição que se desfaz após a leitura atenta do texto do autor em questão – Jullien nos indaga até mesmo sobre as intenções e os sentidos que estão por trás da expressão “minha cultura”, lançando dúvidas sobre a possibilidade de estudo das culturas, pois que este não oferece “contorno, uma vez que se transformando incessantemente, a possibilidade de caracterizá-las torna-se no mínimo hipotética” (JULLIEN, 2009, p. 183).

3 Cultura, política e globalização: a aldeia precária

O pano de fundo político, que subjaz às articulações entre cultura e sociedade, tem, para Dewey (1970), uma importante participação na construção dos domínios legais e estatais, mais especificamente no modo de funcionamento das instituições políticas. Caracterizada como um “complexo de condições que regula os termos em que os seres humanos se associam para a vida em comum” (DEWEY, 1970, p. 100), a cultura afeta profundamente o campo de ação do governo e as normas legais, especialmente através de relações que atingem as associações e os contatos cotidianos entre as pessoas, cujo reflexo pode ser sentido na própria governabilidade.

Dewey (1970) também acredita que o problema da liberdade e das instituições democráticas está ligado à espécie de cultura existente e que, num contexto impregnado pela ideia de que são as condições econômicas que governam as relações humanas, se corre o risco de aderir a um monismo cego às demais possibilidades. Refletindo sobre a cultura como uma arena produtora dos mais variados aspectos articuladores da vida coletiva e sobre seus impactos na esfera da política de Estado, Dewey (1970, p. 109) questiona: “haverá um fator ou fase da cultura que seja dominante, ou que tenda a produzir e regular os outros?” Ou, ainda, pelo contrário, “são a economia, a moral, a arte, a ciência e assim por diante apenas outros tantos aspectos da interação de numerosos fatores, cada um dos quais atua sobre e, por sua vez, sofre a ação dos outros?” Tornada familiar pelo trabalho dos antropólogos, argumenta Dewey (1970, p. 111), a ideia da cultura acena para a conclusão de que

sejam quais forem os elementos constitutivos nativos da natureza humana, a cultura de um período ou grupo é a influência determinante de seu arranjo e organização; é ela que determina os padrões de comportamento que marcam distintamente qualquer grupo, família, clã, povo, seita, facção, classe.

A cultura, no contexto atual, parece articular novas relações que dinamizam o pertencimento político dos mais diversos grupos humanos ao redor do globo. Desde 1945, aponta Geertz (2001, p. 201), passamos a viver a efervescência de um acréscimo significativo no número de países universalmente reconhecidos, mediante a ação de uma revolução descolonizadora, que possibilitou o delineamento de uma nova fisionomia geopolítica para o mundo. Tal revolução “foi uma alteração, até uma transformação, de toda a nossa ideia das relações entre a história, o lugar e o pertencimento político” (GEERTZ, 2001, p. 201). No campo da cultura, os impactos desta modificação promoveram o implemento de uma capacidade autoanalítica diante dos novos arranjos nacionais que iam se constituindo, após o enfraquecimento do poder e do imaginário colonizador. As demandas culturais surgidas deste

quadro estiveram ligadas à afirmação da diferença e à construção de novos valores, ambos capazes de induzir à coesão identitária, por meio de um sentido de cultura partilhado e cunhado no repúdio às premissas dos colonizadores. “Em vez de convergirem para um único padrão”, diz Geertz (2001, p. 202), “essas entidades chamadas países começaram a se ordenar de maneiras inéditas, maneiras que submeteram a uma pressão crescente as concepções europeias, aliás, já não muito seguras, do que é um país e de qual é sua base”.

Fala-se muito, na atualidade, em panoramas mundiais, processos globais e enredos planetários, rótulos que nos incitam a planificar sumariamente as diferenças – especialmente as de ordem cultural – que constituem a diversidade humana em seus vastos modos de expressão. Slogans como “aldeia global” parecem tornar possível a equalização e o nivelamento imediato de uma série de fenômenos, práticas e valores característicos de um mundo moldado na diferença, como se, por si só, designassem uma realidade paralela, na qual se vive um comunitarismo sem fronteiras, idílico por natureza. Contudo, segundo aponta Geertz (2001, p. 216), “visto que ela [a aldeia global] não tem unidade nem tradição, bordas nem foco, e que lhe falta qualquer inteireza, trata-se de uma aldeia precária”.

Por trás do projeto de criação de uma dicção universal para a cultura, que pode muito bem começar com o discurso sedutor da criação de blocos econômicos, leis internacionais, organismos políticos transnacionais e outras formas tendenciosas de unificação, está o alerta de Geertz (2001, p. 216), a quem “a diversidade das culturas persiste e prolifera, mesmo em meio e até em resposta às poderosas forças de vinculação da indústria, das finanças, das viagens e do comércio modernos. Quanto mais as coisas se juntam, mais ficam separadas”.

Atento aos discursos totalizadores e, por vezes, ideológicos, que incitam os diversos setores sociais a uma adesão incondicional à agenda política da globalização, García Canclini (2003) explora o fenômeno da suposta coesão mundial – manejada pela ideia da globalização – de modo a revelar suas fragilidades, seus dilemas e contradições, imerso em uma postura crítica sobre a uniformização do mundo num mercado planetário. O viés reflexivo de García Canclini, como revela grande parte de suas obras, está calcado na perspectiva da cultura desdobrada nos campos da comunicação, do consumo, das metáforas e imaginários acerca da América Latina e da seara conceitual da pós-modernidade. Este misto de interesses e campos cruzados, por parte de Canclini, vem produzindo uma leitura que não se mostra disposta a absorver sumariamente as novidades teóricas e os autodeclarados ineditismos conceituais que se reciclam no cotidiano de diversos setores sociais.

Dotada de abrangentes experiências empíricas e angulações etnográficas, a produção do crítico argentino radicado no México é reflexo de um pensamento que tenta contrabalançar as lógicas impositivas de uma “realidade” latino-americana construída sobre o discurso da dominação e da subalternidade para, a partir deste quadro, submergir em busca de modos heterotópicos de encarar os diversos problemas das sociedades (países, nações, grupos étnicos) que compõem o que denominamos América Latina. Segundo Canclini (2003, p. 8), “a uniformização do mundo num mercado planetário é consagrada como o único modo de pensar, e quem ousa insinuar que as coisas poderiam funcionar de outro modo é desqualificado como nostálgico do nacionalismo”. Na concepção do autor, faz-se urgente revisitar os modos de operação da cultura num mundo tomado por imagens estereotipadas, intuições generalistas e pela ação veemente das indústrias culturais, em relação às quais se ergue um problema que precisa ser profundamente examinado. “Do que quase ninguém quer falar é das indústrias culturais. [...] É como se há cem anos os presidentes se tivessem negado a mencionar as ferrovias; há cinquenta anos, os carros, os caminhões e os tratores; há trinta, os eletrodomésticos” (CANCLINI, 2003, p. 174).

Investido de uma argumentação que combina percepções sobre o espaço, o território, o mercado e seus impactos nas sociabilidades humanas, o pensador brasileiro Milton Santos (2008) expressa interesse pela tematização acerca do universal e suas relações com o local, como categoria investigativa, de modo a revelar as mazelas e perversidades da globalização como eixo gerador de exclusão social. Notadamente movido por uma crítica em relação à ocupação do espaço urbano, num mundo atravessado pela racionalidade econômica e pela ação de poderosas redes verticalizadoras das decisões políticas, Santos (2009) interpreta o “local” como um espaço de resistência à homogeneização, um espaço comunitariamente gestado que pode afirmar “formas de viver cuja solidariedade é baseada na contiguidade, na vizinhança solidária, isto é, no território compartilhado” (2009, p. 142). Para além das questões pontuais sobre o território e sobre as relações desiguais que, a partir do fenômeno da globalização, passaram a desenhar novas centralidades geográfico-políticas, o autor destaca que “quando se fala em mundo, está se falando, sobretudo, em mercado, que hoje ao contrário de ontem, atravessa tudo, inclusive a consciência das pessoas” (SANTOS, 2009, p. 142). Os impactos desta leitura vêm gerando debates acalorados, que se alastram também para o campo da cultura, de modo especial em relação à construção da subalternidade dos espaços locais.

4 Ritos do desejo: o mal-estar na cultura

Na visão de um dos pensadores mais influentes do século XX, para quem a cultura representa o tolhimento da liberdade e a potencialização do sofrimento humano, somos condicionados por uma ditadura do desejo que nos impele a nunca alcançar a satisfação. Sigmund Freud, a partir da teoria psicanalítica, atribui à cultura a tarefa de doutrinar os impulsos agressivos dos seres humanos, através de práticas impositivas de socialização.

Ao discordar do pressuposto preconceituoso de que “a cultura é sinônimo de aperfeiçoamento, de que é o caminho da perfeição traçado para os seres humanos” (FREUD, 2010, p. 99), o autor interpela o fenômeno cultural a partir da premissa de que a cultura “designa a soma total de realizações e disposições pelas quais a nossa vida se afasta da de nossos antepassados animais, sendo que tais realizações e disposições servem a dois fins: a proteção do homem contra a natureza e a regulamentação das relações dos homens entre si” (FREUD, 2010, p. 87). Desmembrando tal premissa a partir do complexo arcabouço de termos, conceitos e fundamentações que se entrecruzam no campo da psicanálise, Freud esclarece que a cultura é elaborada por meio do sacrifício da adequação, sem o qual o ser humano não criaria unidades grupais. Seligmann-Silva (2010, p. 32) esclarece esta condição da cultura, ao afirmar que “Freud apresenta a paisagem da nossa cultura como marcada pela violência, por um impulso incontrolável de agressão que põe por água abaixo a visão humanista e iluminista do homem racional como o centro do mundo e o coroamento da natureza”,

A vida normatizada e protocolar que caracteriza as sociedades humanas complexas é abordada pela psicanálise como um conjunto de prerrogativas que causam impacto direto na moral dos indivíduos e na sua forma de relacionamento social. Como elemento integrante de repressões e frustrações, a manutenção da moral (de uma única moral) liga-se a uma promessa de retribuição àqueles capazes de se adequarem a ela. Contudo, para Freud, há um alto preço a ser pago pela hipocrisia social que maneja os valores fixados como “morais”. Para Freud, há um caráter social na repressão, o qual é marcado pela própria cultura e pelas exigências que ela faz a todos os seres humanos, no sentido de gerar uma confluência de práticas “socializadas”. Em um texto de 1907, *A moral sexual civilizada e o nervosismo moderno*, que antecede o clássico *O mal-estar na cultura*, Freud (apud MEZAN, 1991, p. 207) admite que

nossa cultura repousa totalmente sobre a coerção das pulsões. Todos nós renunciamos a uma parte de nosso poder, a uma parcela das tendências vingativas e agressivas da nossa personalidade, e destas contribuições nasceu a propriedade comum civilizada de bens materiais e ideais.

A cultura, para Freud, é uma zona de tensões, um território incapaz de cadenciar tudo aquilo que o ser humano gostaria de realizar para o alcance da felicidade. Sob a justificativa da planificação e da convivência, a cultura exige a renúncia e o sacrifício. Conforme sugere Mezan (1991, p. 206), “a essência coercitiva da vida social torna a existência dura e difícil, exigindo muitas vezes um preço excessivo pela conquista da aceitação”.

A produção de um grau cada vez maior de frustração, em especial das pulsões sexuais – Freud esclarece que uma das mais evidentes injustiças sociais é a de que o padrão cultural exija de todas as pessoas o mesmo comportamento sexual –, é o que se pode esperar de uma “cultura” que se traveste de um discurso impositivo sobre o consenso. Quanto mais linear é uma sociedade, supõe-se que maior é o nível de renúncia a que tiveram que se submeter seus integrantes, em busca de uma universalização doentia.

5 Cultura como recurso

Yúdice (2004) acredita que o papel da cultura está completamente modificado devido ao esvaziamento das noções convencionais, as quais deram lugar a novos usos e aplicações para o conceito, ligando-o, na atualidade, à ideia de “recurso”. Compreendida como um recurso, a cultura perde visivelmente sua função mais “transcendente”, com a qual, de certo modo, avançou pela modernidade, carregando valores e ideais contíguos, como a subjetividade, o espiritual e a elevação moral. Do mesmo modo que Cuche (1999, p. 175) acredita que, atualmente, “há o desejo de se ver cultura em tudo”, Yúdice (2004, p. 25) parece confirmar, por meio deste desejo, a posição ressignificada da esfera cultural, agora “crescentemente dirigida como um recurso para a melhoria sociopolítica e econômica”.

O contexto atual parece ter arregimentado novos usos para a cultura que a colocam numa condição modificada, muito mais voltada para um caráter prático e objetivo do que “ingenuamente” contemplativo e subjetivo. De certo modo, a cultura parece estar perdendo certas qualidades valorativas que, especialmente no âmbito da modernidade, foram usadas como ferramentas para distingui-la de outras atividades e de outros campos da vida

humana com os quais mantinha contato. Estas qualidades valorativas dizem respeito à cultura como expressão de um código universal a ser dominado mediante uma espécie de “polimento” da natureza individual, por meio do qual o indivíduo ingressaria num estágio mais verdadeiramente “humano”, ao assimilar certos comportamentos e aderir a certas premissas civilizatórias alavancadas pela ideia da cultura como um refinamento espiritual.

Esta visão, expressa aqui sem o aval de uma bibliografia mais específica – mas perfeitamente verificável como reação à presença de novos atores sociais, circuitos geopolíticos e interfaces econômicas atuantes no mundo, nas últimas décadas – parece minar algumas percepções sobre a cultura que ainda resistem nas sociedades hodiernas que, outrora, tomaram para si a autoria em relação ao progresso, à ciência, à técnica e à concentração econômica. Assim, o estatuto da cultura que ora parece ruir para dar lugar a outros arranjos formais, conceituais e analíticos, está diretamente ligado e esta herança humanista que percebia a cultura como uma aspiração, uma meta segundo a qual o indivíduo deveria galgar espaços mais aperfeiçoados.

A argumentação de Yúdice (2004), como já foi dito, baseia-se numa trajetória de estudos que focalizam o campo cultural a partir de sua condição de “recurso”. Para ele, “a globalização acelerou a transformação de tudo em recurso. Depois, a transformação específica da cultura em recurso representa o surgimento de uma nova episteme” (YÚDICE, 2004, p. 50). A cultura tornou-se, no entendimento do autor, um campo conveniente para novos experimentos e agenciamentos capazes de entrecruzar campos diversificados como a economia, as políticas da identidade, o consumo, o lazer, a cidadania, o turismo, dentre outros. A cultura, então percebida e orquestrada politicamente como um recurso, passou a integrar agendas e embates conceituais com os quais não estava muito familiarizada. É o caso de se pensar nas íntimas relações que, atualmente, o campo da cultura mantém com um discurso “socializador”, como se sua suposta capacidade de promover a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida e a dignidade humana, fosse um emblema ético transportado de outras áreas que fracassaram neste mesmo projeto ou que não dão mais conta de atuar sem o seu sopro revitalizador.

Conforme afirma Yúdice (2004, p. 27), “hoje em dia é quase impossível encontrar declarações públicas que não arregimentem a instrumentalização da arte e da cultura, ora para melhorar as condições sociais, [...] ora para estimular o crescimento econômico”. No bojo desta faceta “instrumentalizada” do campo cultural surgem algumas práticas que alteram substancialmente a fisionomia deste campo, e isso ocorre, de modo mais visível, em relação

às atitudes dos atores que o integram, as quais se voltam para a cultura como um novo cenário conjuntivo de outras esferas, ou seja, um cenário essencialmente político. Espera-se, hoje, que a cultura cumpra uma dupla função quase messiânica: por um lado, atenuar as diferenças de classe, as desigualdades econômicas e os preconceitos (étnicos, de gênero, de vinculação religiosa etc.), conscientizar acerca da cidadania e promover a equidade social como um todo; por outro lado, além desta pesada carga, espera-se, ainda, que ela seja a força motriz de um novo tipo de economia, criativamente concebida, capaz de gerar dividendos e justificar investimentos, tanto da esfera pública quanto da esfera privada.

Deste modo, a cultura passa a ser um espaço imbricado, onde se matizam aspirações, lutas, princípios e comportamentos das mais variadas índoles, todos eles focalizados na ideia de que é necessário investir em cultura como uma ferramenta de desenvolvimento. Entretanto, noções como esta levaram alguns autores, como Rifkin, a defender que a cultura se transformou na própria lógica capitalista contemporânea e que essa transformação “já está desafiando muitos de nossos pressupostos básicos a respeito do que constitui a sociedade humana” (RIFKIN apud YÚDICE, 2004, p. 35).

Yúdice explica que não tem intenções de desestimar as estratégias da cultura, no que tange à sua vinculação com a conveniência ou com as possibilidades abertas a partir da leitura da cultura como recurso. “Desqualificações desta natureza”, diz o autor, “são muitas vezes fundamentadas num desejo nostálgico ou reacionário pela restauração de um pedestal para a cultura” (YÚDICE, 2004, p. 46). Merece destaque a leitura de Yúdice sobre a condição específica das práticas de gerenciamento cultural que estão caracterizando os movimentos deste campo, pois ele circula globalmente, numa velocidade crescente e mediante coordenações tanto locais quanto supranacionais (YÚDICE, 2004, p. 17).

A cultura constitui, sob o enfoque do recurso e da conveniência, uma área significativamente mais preponderante e influente do que jamais havia sido anteriormente. Isso se deve ao fato de que sua projeção e visibilidade, como elemento constitutivo da vida humana em sociedade, vem ocorrendo mediante aportes de outras áreas que, de certo modo, estão reconfigurando sua densidade, seu alcance, sua importância e seus usos. A crítica passível de ser levantada aqui diz respeito às expectativas que estão sendo criadas em torno do campo cultural, sobretudo no que se refere ao seu protagonismo recente frente a questões complexas, matizadas por desmembramentos históricos e profundamente implicadas em trajetórias políticas e sociais.

6 O Plano Nacional de Cultura: primeiros passos de um longo itinerário

A Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010,¹ que institui o Plano Nacional de Cultura (PNC)² e cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, representa um avanço significativo no tratamento das questões relativas às políticas públicas para o setor cultural. Em poucas páginas, a Lei afirma o compromisso do Estado em ser um ente participante das mais diversas instâncias ligadas à cultura, promovendo, gerindo, articulando e avaliando ações que estejam vinculadas aos princípios apresentados no capítulo 1 deste documento.

O poder globalizante e a força grandiloquente da referida Lei, acrescida do Anexo que aponta diretrizes, estratégias e ações para a sua execução, é o que mais chama a atenção, num primeiro momento, tendo em vista suas intenções em relação ao alcance e à aplicabilidade dos artigos que a constituem: basta verificar que ela se propõe a atuar desde o resgate das cantigas de roda, passando pela promoção do uso de suportes tecnológicos na arte, e indo até a redução dos preconceitos de gênero. Por um lado, a Lei 12.343 apresenta o compromisso com uma dimensão cultural emancipatória e inclusiva, capaz de referendar iniciativas que atuem na promoção qualitativa da vida humana. Por outro lado – exatamente pelo fato de prometer demais –, a referida Lei parece pecar, caso seja contrastada com a própria conjuntura brasileira, tão acostumada a ver sua legislação balizada por utopias e projeções extravagantes que, na prática, ou acabam não surtindo efeito algum, ou existem apenas como retórica jurídica e política.

O objetivo aqui não é tecer críticas prematuras à referida Lei, no sentido de mostrar seus pontos fortes e fracos, sem antes termos presenciado seu vigor prático. Por ser uma Lei recente, seria necessário esperar a decantação de muitos elementos que a constituem, combinando-os com indicadores que, certamente, surgirão, ao longo dos dez anos de duração previstos para o PNC. Todavia, parece impossível esquivar-se de certas impressões que a leitura da referida Lei apresenta e que, de acordo com o viés que está sendo explorado aqui, poderiam se vincular ao discurso da cultura como “recurso”. Sem querer demonizar este conceito, como muito bem esclarece Yúdice (2004), sugere-se que ele também está presente

¹ BRASIL. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura – PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 03/12/2010, p. 19. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2011/05/26/plano-nacional-de-cultura-21/>>. Acesso em: 16 jan. 2012. Todas as citações referentes à Lei foram extraídas desta fonte, que não apresenta numeração nas páginas.

² A partir deste ponto, usarei a sigla PNC para referir-me ao Plano Nacional de Cultura.

no panorama geral de intenções do PNC, ou seja, para além das questões tradicionalmente concebidas como “culturais”, o PNC também aposta na cultura como um elemento polissignificativo, urdido nas relações com as esferas sociais, políticas, administrativas e econômicas, dentre outras.

No Capítulo 1, artigo 2º, onde são apresentados os objetivos do PNC, dois incisos demonstram o uso recursivo e generalista da cultura, a exemplo das argumentações de Yúdice (2004). O inciso VIII apresenta como um dos objetivos do PNC: “estimular a sustentabilidade socioambiental”, já o inciso IX diz que é objetivo do PNC: “desenvolver a economia da cultura, o mercado interno, o consumo cultural e a exportação de bens, serviços e conteúdos culturais”. Um aspecto que merece atenção, nas investigações de Yúdice (2004), é o de que a cultura, entendida como recurso, pressupõe um elemento que não era característico da alta cultura, tampouco da cultura cotidiana, no sentido antropológico: seu gerenciamento.

Assim, o campo da cultura absorveu e vem reconstruindo certas lógicas e princípios produtivos, administrativos e de gestão que, anteriormente, não estavam relacionados tão proximamente à sua índole mais transcendente e distante das esferas “mundanas”. Neste sentido, dentre outras referências explícitas ao longo do texto da Lei, também merecem atenção os incisos XI, XII, XIII e XVI do artigo 2º que, respectivamente, definem como objetivos do PNC: “qualificar a gestão na área cultural nos setores público e privado”; “profissionalizar e especializar os agentes e gestores culturais”; “descentralizar a implementação das políticas públicas de cultura” e “articular e integrar sistemas de gestão cultural”. Como pode ser verificado, o gerenciamento, a partir do PNC, entra definitivamente no jargão do setor cultural, embora já existisse de modo mais tímido nos dispositivos legais anteriores. Isso nos leva a crer que, a partir daqui, a exemplo do que já acontece em outros contextos em que o gerenciamento se fundiu aos sistemas administrativos de uma sociedade vigiada, ele poderá tomar as feições de um Grande Irmão, personagem do romance *1984*, de George Orwell, que, sob esta ótica, poderia nos alertar, constantemente, que a cultura é um assunto de Estado.

Estamos nos encaminhando para uma era em que a burocracia estatal, desmembrada nas figuras de ministérios, conselhos, comissões, agentes, regulações legais e parcerias entre o setor público e privado, determinará o que pode e o que não pode adentrar as esferas da cultura; e isso, por certo, se dará a partir de outros mecanismos com os quais a burocracia dialoga muito bem: centralidade de decisões, crença fiel nas “verdades”

estatísticas, hierarquização de processos, além do balizamento técnico e cerebral na distribuição de recursos.

Ainda na ótica da cultura como recurso, o Capítulo II da Lei 12.343, em seu artigo 3º, que apresenta as competências do Poder Público, traz dois incisos que merecem atenção. Segundo o inciso VII, é competência do Poder Público: “articular as políticas públicas de cultura e promover a organização de redes e consórcios para a sua implantação, de forma integrada com as políticas públicas de educação, comunicação, ciência e tecnologia, direitos humanos, meio ambiente, turismo, planejamento urbano e cidades, desenvolvimento econômico e social, indústria e comércio, relações exteriores, dentre outros”. Já o inciso X apresenta, como competência do Estado: “regular o mercado interno, estimulando os produtos culturais brasileiros com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais e regionais, profissionalizando os agentes culturais, formalizando o mercado e qualificando as relações de trabalho na cultura, consolidando e ampliando os níveis de emprego e renda, fortalecendo redes de colaboração, valorizando empreendimentos de economia solidária e controlando abusos de poder econômico”.

Quanto ao inciso VII, não é muito difícil constatar que a cultura, concebida e articulada como recurso, parece não dar mais espaço àquelas concepções que ainda a vinculam a um processo mais artesanal, ingênuo talvez, no qual cabiam as toalhas e colchas de crochê e a torta tirolesa que minha avó fazia e que constituíam práticas subjacentes a um complexo imaginário construído a partir da imigração italiana no Brasil. Evidentemente, tais práticas ainda apresentam valor cultural, porém, dentro das esferas gerenciais do campo da cultura estabelecida como prerrogativa do Estado, elas passam a ser medidas por lógicas de valor ligadas ao mercado e ao consumo de experiências quantificáveis, sob a tutela de projetos, financiamentos e editais públicos ou privados. Isso quer dizer que, se por um lado, o processo de promoção cultural e a participação estatal nas decisões que dizem respeito a este campo são profissionalizados, por outro lado, corre-se o risco de enfraquecimento do caráter mais “espontâneo” da atividade cultural, que se renova e se transforma na cotidianidade das relações humanas, sem a mediação das indústrias culturais. Neste inciso também ficam claras as relações de lateralidade da cultura com diversos setores sociais, sugerindo que tais relações criam simbioses que podem beneficiar todos os campos dos quais a cultura se aproximar, com seu toque de Midas. O inciso X, por sua vez, é sintético em suas intenções: valer-se da cultura como pano de fundo para articular questões de cunho econômico e dignificação social, ambas

imersas na crença de que, a partir de agora, ela passa a ser decisiva para interferir no longo processo histórico que emoldurou a sociedade brasileira num quadro de desigualdades.

Anexas à Lei 12.343 estão as diretrizes, estratégias e ações que sustentam o PNC, no que se refere à sua aplicabilidade e ao seu despertar do papel para o mundo real. O anexo pode ser compreendido como um *check list* de propostas que, diga-se de passagem, saltam aos olhos pelo seu teor de idealismo e romantismo, características típicas de leis tão perfeitamente concebidas que acabam gerando suspeitas imediatas. Na esteira de algumas concepções já apresentadas, as diretrizes, estratégias e ações que conferem praticidade ao PNC também podem ser submetidas a uma leitura, por ora impressionista, que se aproxima do viés do recurso e da conveniência.

Os cinco capítulos que constituem o anexo tratam das competências do Estado em relação à efetivação do PNC, da diversidade cultural, do acesso à cultura, do desenvolvimento sustentável e da participação social. De um modo geral, todos eles, com maior ou menor ênfase, aderem a uma orientação cultural socializadora, instituidora de valores éticos e promotora da igualdade, revelando, desta forma, as conexões da cultura com elementos que necessitarão novos olhares e críticas capazes de clarificar este processo. Como exemplo, cita-se apenas um item de cada capítulo. Conjuntamente, eles poderão servir de evidências que estimulem a crítica e a compreensão deste novo conceito de cultura que se desenha, com grande visibilidade, no contexto brasileiro.

Assim, os itens 1.10.12 do Capítulo I; 2.1 do Capítulo II; 3.1.11 do Capítulo III; 4.3 do Capítulo IV e 5.1.5 do Capítulo V apresentam, respectivamente, o seguinte teor estratégico: “Promover políticas, programas e ações voltados às mulheres, relações de gênero e LGBT, com fomento e gestão transversais e compartilhados”; “Realizar programas de reconhecimento, preservação, fomento e difusão do patrimônio e da expressão cultural dos e para os grupos que compõem a sociedade brasileira, especialmente aqueles sujeitos à discriminação e marginalização: os indígenas, os afro-brasileiros, os quilombolas, outros povos e comunidades tradicionais e moradores de zonas rurais e áreas urbanas periféricas ou degradadas; aqueles que se encontram ameaçados devido a processos migratórios, modificações do ecossistema, transformações na dinâmica social, territorial, econômica, comunicacional e tecnológica; e aqueles discriminados por questões étnicas, etárias, religiosa, de gênero, orientação sexual, deficiência física ou intelectual e pessoas em sofrimento mental”; “Instalar espaços de exibição audiovisual nos centros culturais, educativos e comunitários de todo o país, especialmente aqueles localizados em áreas de vulnerabilidade

social ou de baixos índices de acesso à cultura, disponibilizando aparelhos multimídia e digitais e promovendo a expansão dos circuitos de exibição”; “Ampliar o alcance das indústrias e atividades culturais, por meio da expansão e diversificação de sua capacidade produtiva e ampla ocupação, estimulando a geração de trabalho, emprego, renda e o fortalecimento da economia”; “Criar mecanismos de participação e representação das comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas na elaboração, implementação, acompanhamento, avaliação e revisão de políticas de proteção e promoção das próprias culturas”.

7 Considerações finais

Esta breve reflexão teve a intenção de contribuir para o debate atual acerca das transformações que estão afetando o campo da cultura. Estamos distantes do tempo em que a cultura podia ser encarada como um atributo individual ou um esforço personalizado para o alcance da “civilidade”, características que, de certo modo, atravessaram a modernidade com seu discurso aperfeiçoador e criador de distinções: a modernidade, como negação da barbárie, deveria produzir novos discursos, novas mentalidades, novas posturas diante do mundo. E muitas vezes o fez com base na ideia de que a cultura representava um estágio de elevação capaz de promover até mesmo as grandes rupturas que presenciamos atualmente.

Contudo, as trajetórias mutantes da história – aliadas à instabilidade dos conceitos criados pela linguagem humana, às dinâmicas políticas que se metamorfoseiam constantemente, às variações no traçado geoeconômico do planeta e às exigências de um mundo modificado por novos atores sociais – fazem com que, atualmente, a cultura seja colocada num debate mais amplo, inscrita em outras esferas de discurso e de prática.

Desta nova condição da cultura, muito mais engajada e que toma para si a responsabilidade sobre a resolução de problemas negligenciados por outros setores sociais, surgirão análises e investigações que, certamente, ajudarão a esclarecer questões emergentes na atualidade. Se ainda é cedo para mapear em profundidade os impactos desta evidente projeção da cultura, como setor estratégico da política de Estado atual, certamente não é cedo para começar a levantar algumas indagações. As questões colocadas agora serão fundamentais para a compreensão dos desdobramentos futuros deste campo.

Referências

- BRASIL. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura – PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 3 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2011/05/26/plano-nacional-de-cultura-21/>>. Acesso em: 16 jan. 2012.
- CANCLINI, Néstor García. A globalização imaginada. São Paulo: Iluminuras, 2007.
- CUCHE, Dennys. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru: EDUSC, 1999.
- DEWEY, John. Liberalismo, liberdade e cultura. São Paulo: Editora da USP, 1970.
- EAGLETON, Terry. A ideia da cultura. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- FREUD, Sigmund. O mal-estar na cultura. Porto Alegre: L&PM, 2010.
- GEERTZ, Clifford. Nova luz sobre a Antropologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed: 2001.
- HALL, Stuart. Da diáspora. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- JULLIEN, François. O diálogo entre as culturas. Do universal ao multiculturalismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2009.
- MEZAN, Renato. Freud: a trama dos conceitos. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- SANTAELLA, Lúcia. Culturas e artes do pós-humano. Da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2008.
- SANTOS, Milton. Da totalidade ao lugar. São Paulo: Editora da USP, 2008.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. A cultura ou a sublime guerra entre Amor e Morte. In: FREUD, Sigmund. O mal-estar na cultura. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2010.
- YÚDICE, George. A conveniência da cultura. Usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.